

A PRESSUPOSIÇÃO DOS PREDICADOS FACTIVOS ENTRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA¹

FACTIVE PRESUPPOSITION IN BETWEEN SEMANTICS AND PRAGMATICS

Andressa D'Ávila²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir as questões empíricas relacionadas aos predicados factivos no que diz respeito à inferência pressuposicional e às consequências que essas questões impõem às teorias da pressuposição. A partir disso, vamos detalhar os pontos de vista teóricos divergentes em relação ao problema da projeção; de um lado, a perspectiva lexicalista, que assume a estipulação convencional da pressuposição inscrita na representação semântica dos gatilhos pressuposicionais; e, de outro lado, a perspectiva pragmática, que se opõe a essa estipulação e propõe derivar a pressuposição a partir de um mecanismo pragmático relacionado a princípios conversacionais gerais que regem as trocas linguísticas. O nosso propósito com a apresentação dessas teorias é demonstrar os tipos de solução que cada uma oferece para o problema da projeção em função de assumir ou não que a inferência pressuposicional está associada à gramática das línguas naturais – bem como suas lacunas no que diz respeito à abordagem dos predicados factivos. Por fim, apontaremos brevemente como as pesquisas experimentais podem elucidar questões discutidas ao longo do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Pressuposição. Predicados Factivos. Projeção. Semântica. Pragmática.

ABSTRACT

This article aims to discuss the empirical questions related to factive predicates regarding its presuppositional inference and the consequences that such questions impose on presupposition theories. From that, we will describe the diverging theoretical points of view in regard to the issue of projection: on the one hand, the lexicalist perspective, which assumes the conventional arrangement of presupposition inscribed in the semantic representation of presupposition triggers; on the other hand, the pragmatic perspective, which opposes that arrangement and aims to derive presupposition from a pragmatic mechanism attached to the general conversational principles that govern linguistic exchanges. In presenting these two theories, we seek to demonstrate the forms of solution that each one offers to the issue of projection based on assuming whether or not presuppositional inference is associated with the grammar of natural languages, and the gaps in their addressing of factive predicates. In conclusion, we will briefly point out how experimental researches may elucidate questions that are discussed along the article.

KEYWORDS: Presupposition. Factive Predicates. Projection. Semantics. Pragmatics.

1. Introdução

Nesta seção, apresentaremos os conceitos básicos a partir dos quais se dão as divergências teóricas a serem discutidas na sequência; será central para nossa discussão que o/a leitor/a esteja

¹ Agradeço as críticas e sugestões d(a)os pareceristas, que deram uma valiosa contribuição tanto para o texto, quanto para as minhas reflexões futuras sobre a pesquisa. Qualquer lacuna, porém, é de minha inteira responsabilidade.

² Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), davilandressa@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0009-1516-1628>.

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

minimamente familiarizado/a com as noções de pressuposição e acarretamento, de projeção e de acomodação da pressuposição. Além disso, ilustraremos quais questões são impostas, particularmente, pelos predicados factivos às teorias da pressuposição clássicas e contemporâneas. O tema é complexo e pedimos desde já escusas a quem nos lê pela longa introdução que se segue.

Uma das maneiras de demonstrar o fenômeno da pressuposição linguística é contrastá-lo com outro tipo de relação semântica entre sentenças, a saber, o acarretamento. Considere o par abaixo:

- (1) a. Maria tem um cachorro caramelo.
b. Maria tem um cachorro.

O nexos semântico que se estabelece entre (1a) e (1b) é a inferência de que sempre que 1a for verdadeira, (1b) também será verdadeira; ou seja, (1a) acarreta (1b) porque se Maria tem um cachorro caramelo, então ela tem um cachorro. Crucialmente, porém, a negação da sentença (1a) não acarreta a negação da sentença 1b – se Maria não tem um cachorro caramelo não necessariamente é o caso de que ela não tem um cachorro (que pode ser preto, por exemplo). Assim, observamos que a negação pode cancelar a relação de acarretamento estabelecida entre essas sentenças. Vejamos agora que, diferentemente do ilustrado em (1), quando estamos diante de um caso de pressuposição temos a uma inferência que fica fora do alcance da negação – e de outros operadores, como veremos adiante. Considere os exemplos a seguir:

- (2) a. O cachorro da Maria é caramelo.
b. O cachorro da Maria não é caramelo.
c. \oplus Existe um cachorro que é da Maria.³

Desta vez, seja a sentença em (2a) verdadeira, seja sua negação em (2b) verdadeira, a inferência pressuposicional (2c) se mantém inalterada – para que possamos avaliar se é o caso ou não que o cachorro da Maria é caramelo, é dado como uma pré-condição, um **pressuposto** de que existe um indivíduo x tal que x é cachorro e é da Maria. Podemos chegar, então, a uma definição possível de pressuposição, via negação, como uma relação tal que:

- (3) Uma sentença A pressupõe uma sentença B se e somente se sempre que A for verdadeira, B é verdadeira, e sempre que a negação de A for verdadeira, B é verdadeira.
(Beaver; Geurts, 2014, p. 10).

Crucialmente, essa relação se estabelece, a princípio, em virtude de expressões linguísticas específicas que disparam inferências pressuposicionais particulares. Um dos primeiros casos a chamar a atenção dos estudiosos é, justamente, as expressões definidas como, por exemplo, “o cachorro da

³ Nesse trabalho, usaremos o símbolo \oplus para indicar a pressuposição associada às sentenças que iremos discutir; o símbolo \otimes indicará que o conteúdo que segue não está sendo pressuposto.

Maria”. Desde o início do debate sobre pressuposição, no interior da Filosofia da Linguagem e da Lógica (Frege, 1892; Russell, 1905), se observa que essas expressões precisam estar associadas a um indivíduo no mundo para que a sentença em que aparecem seja interpretada.⁴ Quando o debate sobre a pressuposição chega ao âmbito da Linguística, no começo da década de 1970, foram identificadas outras estruturas que, ao que tudo indicava, apresentavam o mesmo comportamento no que diz respeito à inferência pressuposicional no escopo da negação – esse conjunto de expressões ficou conhecido na literatura como **gatilhos de pressuposição** (Levinson, 1983).

Neste trabalho, nos dedicaremos à investigação da pressuposição de um grupo particular no interior desse conjunto de gatilhos, a saber, os predicados factivos – categoria classicamente analisada como verbos que indicam que a proposição expressa pelo seu complemento é verdadeira, é um fato (Kiparsky; Kiparsky, 1970). Em Português Brasileiro (PB), fazem parte desse grupo predicados como ‘saber’, ‘descobrir’, ‘perceber’, ‘lamentar’, ‘estrANHAR’, entre outros. Vamos começar considerando os seguintes conjuntos de sentenças e seus contrastes:

- (4) a. Daniel descobriu que a Luiza está em Ohio.
 b. Daniel lamentou que a Luiza está em Ohio.
 c. Daniel estranhou que a Luiza está em Ohio.
 d. \oplus A Luiza está em Ohio.
- (5) a. Daniel falou que a Luiza está em Ohio.
 b. Daniel acha que a Luiza está em Ohio.
 c. Daniel pensa que a Luiza está em Ohio.
 d. \oplus A Luiza está em Ohio.

Observe que, apesar da distribuição sintática semelhante, os conjuntos diferem quanto à inferência pressuposicional presente apenas no primeiro grupo, isto é, nos predicados factivos. Todas as sentenças em (4) indicam que é o caso que a Luiza está em Ohio e a avaliação vericondicional recai sobre a atitude proposicional do sujeito da sentença principal, o Daniel; em (5), ao contrário, nenhuma das sentenças pressupõe que a sentença encaixada, “Luiza está em Ohio” seja, de fato, verdadeira.

Além de outras expressões pressuposicionais, os pesquisadores das línguas naturais observaram outros contextos complexos além da negação que também mantêm constante a pressuposição da sentença encaixada como, por exemplo, o antecedente do condicional, as perguntas polares (i.e.,

⁴ Essa tradição filosófica buscava uma linguagem formal apropriada para o estudo da lógica e fenômenos como a pressuposição eram vistos como imperfeições das línguas naturais. O debate em torno das descrições definidas, por exemplo, gira em torno do problema lógico de se atribuir um valor de verdade quando a pré-condição de existência imposta pela expressão definida não é satisfeita. Vejamos o clássico exemplo ‘O rei da França é calvo’; no contexto desses autores, e no atual contexto em 2024, não existe um indivíduo x tal que x é rei da França. Em linhas muito gerais, para Frege, essas sentenças “sem pressuposição” não poderiam ser nem verdadeiras, nem falsas, o que motivou as críticas de Russell, para quem ‘O rei da França é calvo’, sem um rei da França, expressa uma proposição falsa. Anos mais tarde, Strawson (1950) retoma a discussão, inspirando propostas de uma lógica trivalente que recupera a posição de Frege (Langendoen; Savin, 1971; Van Fraassen, 1968).

possíveis de responder com “sim” ou “não”) ou o escopo de operadores modais – essas estruturas compõem o conjunto conhecido como família-P, usado frequentemente como diagnóstico para que uma determinada inferência seja classificada como pressuposição (Chierchia; McConnell-Ginet, 1990). Vamos ilustrar esse teste a partir de predicados factivos que vimos em (4):

- (6)
- a. Daniel descobriu que a Luiza está em Ohio.
 - b. Daniel não descobriu que a Luiza está em Ohio.
 - c. Se o Daniel descobriu que a Luiza está em Ohio, ele vai para um estado diferente.
 - d. Daniel descobriu que a Luiza está em Ohio?
 - e. Talvez o Daniel tenha descoberto que a Luiza está em Ohio.
 - f. \oplus Luiza está em Ohio.
- (7)
- a. Daniel estranhou que a Luiza está em Ohio.
 - b. Daniel não estranhou que a Luiza está em Ohio.
 - c. Se o Daniel estranhou que a Luiza está em Ohio, ele não conhece ela direito.
 - d. Daniel estranhou que a Luiza está em Ohio?
 - e. Talvez o Daniel tenha estranhado que Luiza está em Ohio.
 - f. \oplus Luiza está em Ohio.

Nas sentenças acima, em todas as estruturas complexas nas quais encaixamos a sentença “Daniel descobriu/estranhou que a Luiza está em Ohio”, o conteúdo afetado pelos operadores é o estado cognitivo – em (6) – ou a avaliação subjetiva – em (7) – de Daniel em relação a essa pré-condição que é a Luiza estar efetivamente em Ohio. Ou seja, a pressuposição associada aos predicados factivos, a princípio, sobrevive não apenas à negação como aos outros tipos de encaixamento e se caracteriza como uma pressuposição da sentença complexa como um todo.

Essa propriedade de sentenças complexas herdarem a pressuposição de uma sentença simples encaixada ficou conhecida como **projeção da pressuposição** (Langendoen; Savin, 1971) e, nas palavras de Beaver (2001, p. 17), “*takes us to the curse and the blessing of modern presupposition theory*”. Isso porque, de um lado, vimos que estamos diante de duas dimensões do significado; uma que está disponível para operadores como a negação – os acarretamentos –, e outra – a pressuposição – que parece não ser afetada por esses operadores e que, de acordo com uma tradição bastante influente nos estudos da área, está associada a expressões linguísticas particulares (Beaver, 2001; Gazdar, 1979; Heim, 1983; Karttunen, 1973; Van der Sandt, 1992, entre outros). De outro lado, no entanto, as teorias da pressuposição precisam dizer quando e por que as inferências desse tipo são projetadas; em vista das construções da família-P, a definição em (3), elaborada a partir da noção de acarretamento e via negação (Strawson, 1950), não explica o comportamento da pressuposição em outros encaixamentos. Além disso, a chamada hipótese cumulativa, proposta por Langendoen e Savin (1971), prediz que o conjunto de pressuposições de uma sentença complexa corresponde a cada uma das pressuposições que pertencem às sentenças simples que a compõem. No entanto, a análise detida

do fenômeno da pressuposição nas línguas naturais mostra que o cenário é, como veremos, mais intrincado do que isso.

Há ainda mais uma questão a se considerar no âmbito das teorias linguísticas uma vez que, nesse domínio, a preocupação não é, necessariamente, a construção de um modelo lógico-semântico concentrado unicamente em valores de verdade. Conforme a discussão sobre pressuposição entra na área da linguística, temos que lidar com o fato de que sentenças cuja pressuposição não é satisfeita pelo contexto costumam ser interpretadas pelos falantes das línguas naturais sem grandes atropelos. Ou seja, uma vez que nos afastamos do objetivo de construir uma linguagem lógica, de caráter preciso, livre de ambiguidades, termos vagos e etc., entramos nos caminhos que percorremos corriqueiramente para fazer sentido das sentenças que chegam até nós e a partir das quais fazemos os nossos proferimentos. Por exemplo, imagine que eu digo a você que o Daniel estranhou que a Luiza está em Ohio, em um contexto em você não sabia sequer que Luiza tinha saído do país – ou seja, a pré-condição de interpretação do factivo estranhar não está sendo pressuposta por você, meu interlocutor. Crucialmente, no entanto, você não me dará as costas e irá embora porque nada mais faz sentido naquela conversa; a tendência é você **acomode** a inferência ao seu conjunto de informações, porque eu – sua interlocução – estou apresentando esse conteúdo como verdadeiro, e a partir de agora você também assumirá que é o caso que a Luiza está em Ohio. Nesse sentido, está disponível para os falantes apresentar informações novas usando construções pressuposicionais – esse fenômeno é chamado de **acomodação** e aparece pela primeira vez em Lewis (1979).

Os fenômenos da projeção e da acomodação, porém, apresentam problemas quando se trata do grupo mais amplo dos gatilhos de pressuposição. Apesar do esforço teórico para encontrar uma abordagem unificada para o conjunto variado de expressões pressuposicionais, com o tempo foi possível perceber que o fenômeno da projeção não é estável nem no conjunto geral de gatilhos, nem entre os predicados factivos em particular. Já no início da década de 1970, Karttunen (1971) discute exemplos de sentenças complexas em que a pressuposição associada a factivos do tipo ‘descobrir’, ‘notar’ ou ‘perceber’, não se projeta como pressuposição do todo – e, crucialmente, não é tampouco acomodada ao contexto como vimos acima –, ao contrário do que se verifica com factivos do tipo ‘lamentar’, ‘estranhar’, ‘estar feliz’. O autor observa esse contraste em diferentes contextos linguísticos em que a projeção está prevista, como o antecedente do condicional, escopo de operadores modais e perguntas polares (a família-P), sobretudo com o sujeito do predicado factivo estando na primeira e na segunda pessoa. Vejamos, em PB, exemplos com a estrutura do condicional para ilustrar a questão:

- (8) a. Se eu lamentar que a Luiza está em Ohio, vai ser uma surpresa.
b. \oplus A Luiza está em Ohio.
- (9) a. Se eu descobrir que a Luiza está em Ohio, vai ser uma surpresa.
b. \otimes A Luiza está em Ohio.

Em (8), a pressuposição se projeta do antecedente do condicional e se constitui como uma inferência da sentença como um todo – o falante, nesse caso, está afirmando que se ele/a lamentar o fato de que a Luiza está em Ohio, vai ser uma surpresa (para outras pessoas, talvez). Já (9), recebe claramente uma leitura não pressuposicional, isto é, não é mais o caso que o/a falante está pressupondo que a Luiza está em Ohio; o status dessa informação está em aberto – é possível imaginar, por exemplo, um cenário em que o/a falante está investigando o paradeiro da Luiza.

Esse comportamento volátil da pressuposição é um desafio para as teorias que agruparemos aqui sob o rótulo de lexicalistas ou convencionalistas (Beaver, 2001; Gazdar, 1979; Heim, 1983, 1992; Karttunen, 1973, 1974; entre outros). Essas teorias, herdeiras dos modelos de análise da filosofia analítica, propõem que a pressuposição seja inscrita na entrada lexical ou na representação semântica dos gatilhos de pressuposição – o próprio termo ‘gatilho’ (*trigger*) já indica essa relação, isto é, é a expressão linguística que carrega esse conteúdo. Porém, se temos sentenças em que, quando a pressuposição não é satisfeita contextualmente, ela tampouco é acomodada, para onde iria essa inferência que é considerada um requerimento convencional do léxico?

A partir dessas observações iniciais, Karttunen (1971) propõe dividir esses predicados em factivos (*full factives*) e semi-factivos (*semi-factives*); atualmente, esses conjuntos são referidos como **emotivos** e **cognitivos**, respectivamente. Os primeiros se comportam como ‘lamentar’, isto é, o conteúdo pressuposicional associado a eles seria mais resistente à manipulação contextual; já os segundos seguem o padrão de ‘descobrir’ e podem ou não disparar a pressuposição de que seu complemento é verdadeiro. Naquele momento, a solução esboçada por Karttunen (1971) para dar conta dessa diferença foi postular propriedades semânticas distintas para cada tipo de factivo. Isto é, em linhas gerais, semi-factivos (daqui em diante, cognitivos) estariam associados a uma pressuposição mais fraca que, no caso dos factivos (daqui em diante, emotivos), seria fortalecida por meio de um operador de “possibilidade”. Esse operador expressaria, na derivação semântica, a intuição de que “*although a conditional construction [...] does not assert the truth of its antecedent, it ‘conversationally implies’ that it is at least logically possible for the antecedent to turn out to be true.*” (Karttunen, 1971, p. 59). Não vamos entrar nos detalhes da análise do autor, o que nos interessa é destacar o fato de que essa solução propõe alterações na derivação semântica dos predicados, isto é, ainda que mencione uma relação de implicação conversacional, o autor fixa a diferença entre os predicados cognitivo e emotivo no léxico.

A partir da discussão de Karttunen (1971), Stalnaker (1974) propõe uma explicação, para os casos em que a projeção não acontece, sem a necessidade de alterações na semântica dos predicados ou mesmo sem precisar postular que a relação pressuposicional esteja inscrita no léxico. O autor aborda o problema da projeção a partir de princípios gerais que regem as trocas linguísticas e do papel dos interlocutores nessas trocas. Um dos pontos centrais dessa abordagem está em deslocar a noção de pressuposição de uma relação entre proposições – isto é, entre entidades puramente linguísticas – para considerá-la uma inferência decorrente de atitudes e intenções do falante a partir do uso de certas sentenças. Ou seja, uma asserção é avaliada não apenas a partir do seu conteúdo vericondicional, mas

também considerando a suposição que o falante faz de que ele e seus interlocutores compartilham um determinado conjunto de crenças⁵ e de que os interlocutores são capazes de identificar essa suposição. Fazer um proferimento qualquer é, nesse sentido, adicionar ao conhecimento partilhado (common ground) informações novas, que passarão a compor esse conjunto a partir do qual a conversação vai seguir. Fundamentalmente, segundo o autor, “*it is persons rather than sentences, propositions or speech acts that have or make presuppositions.*” (Stalnaker, 1974, p. 473).

Assim, nos termos do autor, uma proposição *P* é uma pressuposição pragmática de um proferimento *Q* apenas se, em um contexto determinado, o falante estiver assumindo que é o caso que *P*, assumindo que *P* faz parte do conhecimento partilhado entre ele e seus interlocutores e assumindo que os seus interlocutores reconhecem essas suposições. Vejamos, então, como esse raciocínio funciona na derivação da pressuposição de um predicado cognitivo e, na sequência, como derivar a leitura não pressuposicional dos casos discutidos por Karttunen (1971) a partir dessa perspectiva:

Suppose a speaker were to assert that “x knows that P” in a context where the truth of P is in doubt or dispute. He would be saying in one breath something that could be challenged in two different ways. He would be leaving unclear whether his main point was to make a claim about the truth of P, or make a claim about the epistemic situation of x (the knower), and thus leaving unclear what direction he intended or expected the conversation to take. **Thus, given what “x knows that P” means, and given that people normally have some purpose in mind, it would be unreasonable to assert that “x knows that P” in such a context. One could communicate more efficiently by saying something else.** For similar reasons, it would normally be inappropriate to say that “x does not know that P” in a context where the truth of P was in question. If the speaker’s reason for believing his assertion were that he thought that P was false, or that he thought that x didn’t believe that P, or didn’t have reason to believe that P, then his statement would be gratuitously weak. (Stalnaker, 1974, p. 476 – destaque nosso).

Note que o autor chega à inferência de que o complemento do predicado factivo é verdadeiro mobilizando as expectativas de falantes e interlocutores em relação a uma troca linguística cooperativa⁶ e não uma relação entre proposições determinada convencionalmente pelo predicado em questão. A explicação do comportamento não pressuposicional dos factivos cognitivos, como aqueles discutidos por Karttunen (1971), é dada também nos termos desse raciocínio baseado em uma troca ordenada e lógica de informações. Vamos retomar o exemplo (9a):

(9a) Se eu descobrir que a Luiza está em Ohio, vai ser uma surpresa.

⁵ Aqui no sentido de considerar algo como certo ou verdadeiro.

⁶ Podemos supor que Stalnaker (1974) está, neste momento, já sob alguma influência das ideias de Grice (1975). Embora o texto no qual Grice introduz as suas máximas conversacionais e as bases do seu modelo de implicaturas tenha sido publicado pela primeira vez em 1975, *Logic and Conversation* é uma conferência dada na Universidade de Harvard, em 1967, no âmbito das *William James Lectures*. A influência de suas ideias começou muito forte mesmo antes de o texto ser publicado oficialmente.

Stalnaker (1974) argumenta que “*if a speaker explicitly supposes something, he thereby indicates that he is not presupposing it, or taking it for granted*” (p. 477 – destaque do autor). Nesse sentido, por ter escolhido usar a estrutura condicional, o falante que profere (9a) está indicando que é uma questão em aberto se, em algum momento do futuro, ele vai ou não descobrir se a Luiza está em Ohio. Logo, dessa perspectiva, não seria razoável considerar que o falante está assumindo que *P*, nem que ele esteja assumindo que *P* faz parte do conhecimento partilhado com os interlocutores; a pressuposição, portanto, não aparece.⁷ Podemos notar aqui que a ideia não é muito diferente da intuição apontada por Karttunen (1971) e que vimos anteriormente; o que muda na abordagem de Stalnaker (1974) é que ele considera que a relação de pressuposição é guiada por regras que regem a comunicação em geral e sua explicação se dá, a princípio, “*without building anything about presuppositions into the meanings of particular words or constructions*” (p. 479). Esse é o mote das abordagens pragmáticas que reelaboram as intuições de Stalnaker a fim de propor uma teoria da pressuposição que resolva o problema da projeção fora da convenção semântica; chamaremos esse conjunto de pesquisas de teorias **pragmáticas** ou conversacionalistas (Abusch, 2002, 2005; Beaver *et al.*, 2017; Simons, 2001; Simons *et al.*, 2016). Além de hipóteses baseadas em princípios conversacionais, essas abordagens, ao contrário da vertente lexicalista, propõe mecanismos que possam distinguir tipos de gatilhos pressuposicionais a partir do comportamento projetivo dessas expressões em diferentes contextos – como é, por exemplo, o caso da separação proposta por Abusch (2002) entre gatilhos leves e gatilhos pesados, sobre a qual falaremos adiante.

Agora já temos claros os conceitos e as divergências teóricas sobre os quais se debruça esta exposição. Na próxima seção, apresentaremos mais dados ligados, particularmente, à diferença entre factivos emotivos e cognitivos; nas duas seções seguintes, vamos detalhar os pontos de vista teóricos divergentes em relação ao problema da projeção. De um lado, a perspectiva lexicalista, que assume a estipulação convencional da pressuposição inscrita da representação semântica; e, de outro lado, a perspectiva pragmática, que se opõe – em maior ou menor grau – a essa estipulação e propõe derivar a pressuposição a partir de um mecanismo pragmático relacionado a princípios conversacionais gerais que regem as trocas linguísticas. Em nossas considerações finais, apontaremos brevemente como as pesquisas experimentais podem elucidar questões discutidas ao longo do artigo.

2. Factivos emotivos e cognitivos: o quebra-cabeças empírico

Além dos exemplos discutidos por Karttunen (1971) e Stalnaker (1974) – e outros como Gazdar (1979) e Van der Sandt (1992) –, Beaver (2010) apresenta outros contraexemplos à projeção uniforme de factivos cognitivos, defendendo que a pressuposição associada a esses predicados é sempre mais sensível ao contexto:

The formal models are clear in their predictions: while appropriately tensed first and second person uses of cognitive factives should lead to cancellation, third person uses of

⁷ Em relação ao comportamento diverso dos emotivos como ‘*to regret*’, o autor afirma apenas que essa explicação funcionaria para outros predicados cognitivos, “*but not for regret*” (Stalnaker, 1974, p. 477), sem desenvolver o tópico.

cognitive factives should, *ceteris paribus*, be immune to this effect. **I will now present counterexamples, third-person uses of cognitive factives in which cancellation occurs.** (Beaver, 2010, p. 185 - destaque nosso).

O autor encontra, em inglês, exemplos de ocorrência natural de factivos cognitivos – coletados em busca de texto na internet –, no escopo de modais ou no antecedente do condicional, na terceira pessoa, nos quais a projeção da pressuposição não acontece. Vejamos dois casos a título de ilustração:

- (10) *What can an individual do if he **becomes aware** that pets kept for sale are being maltreated?* (p. 78)
 ⊗ *Pets kept for sale are being maltreated.*
- (11) *If anyone **discovers** that Cook-n-Stirs are available to the US market please let the list know.* (p. 80)
 ⊗ *Cook-n-Stirs are available to the US market.*

Em PB, podemos encontrar casos semelhantes; o trecho abaixo mostra claramente a possibilidade de uma leitura não pressuposicional do factivo ‘descobrir’, na terceira pessoa em um condicional⁸:

- (12) Uma grande organização com muita história não vai assumir riscos assim (luta ‘arrumada’). Se alguém **descobrir** que a luta estava arrumada, isso seria um golpe enorme para a reputação do UFC.⁹
 ⊗ A luta estava arrumada.

Além disso, Beaver aponta ainda para casos nos quais o/a leitor/a vai suspender a pressuposição ou não com base na análise geral do contexto e vai tomar essa decisão baseando-se no que seria mais plausível assumir (Beaver, 2010, p. 82). Em PB, encontramos casos em que esse raciocínio poderia se aplicar:

- (13) Não deve ter sido fácil pra essa mãe. Talvez ela tenha **percebido** que não tem condições de criar a criança e preferiu abandoná-la a presenciar a consumação de mais uma vida miserável.¹⁰
 ⊗ A mãe não tem condições de criar a criança (...)

⁸ Chierchia e McConnell-Ginet (1990) já haviam feito uma observação nesse sentido a partir de sentenças como (i) – exemplo adaptado de Chierchia e McConnell-Ginet (1990, p. 354).

(i) Se o Daniel descobrir que a Luiza está em Ohio, vai dar problema.
 ⊗ A Luiza está em Ohio.

Segundo a argumentação dos autores, podemos imaginar um contexto em que sabemos que o Daniel está investigando o paradeiro da Luiza. Nesse contexto, mesmo sem qualquer conhecimento sobre onde ela esteja, é possível ao falante especular sobre o que Daniel faria caso ela estivesse, por exemplo, em Ohio.

⁹ <https://www.bol.uol.com.br/esporte/2020/02/07/khabib-critica-ufc-por-escolha-de-cerrone-comorival-de-mcgregor-plano-funcionou.htm>

¹⁰ <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/04/recem-nascido-e-encontrado-em-terreno-baldio-emcabedelo-na-pb.html>

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

- (14) “A fita é cortada e Beatriz volta chorando, pq ela volta chorando? Aliás, por que ela chora tanto?”

Talvez ela tenha **descoberto** que seu cachorro morreu, ou talvez ela tenha se lembrado do final de Titanic. É algo completamente circunstancial, por mais estranho que pareça.¹¹

⊗ O cachorro de Beatriz morreu.

Os exemplos acima são casos do que Simons (2001) chama de **contextos de ignorância explícita** dos falantes em relação à verdade dos complementos dos predicados factivos; são contextos claramente especulativos em que essa informação estaria em aberto. Diante disso, a questão crucial para os predicados factivos é que apenas os de tipo cognitivo poderiam aparecer nesses contextos sem gerar estranhamento. A título de comparação entre emotivos e cognitivos, vamos apresentar brevemente o cenário elaborado por Simons (2001) para demonstrar o contexto de ignorância explícita. Imagine que estamos em um restaurante e observamos um casal brigando na mesa ao lado. De acordo com a autora, eu posso especular sobre o motivo da discussão com a seguinte sentença:

- (15) *Perhaps she discovered that he's having an affair.*

Como nenhum de nós conhece as pessoas envolvidas na discussão, não haveria como derivar a leitura da factiva de que ele (sobre quem não sabemos nada) está efetivamente tendo um caso. Simons (2001) não está discutindo especificamente predicados factivos, nem a distinção entre emotivos e cognitivos. No entanto, nesse contexto de suposição, um predicado emotivo parece gerar, no mínimo, estranhamento:¹²

- (16) Talvez ela tenha descoberto que ele tem uma amante.

- (17) ? Talvez ela tenha estranhado que ele tem uma amante.

Seria, então, possível interpretar (16) como uma suposição porque o conteúdo da pressuposição fica impedido de se projetar por conta do contexto de proferimento, isto é, o factivo cognitivo é afetado pelo contexto de ignorância explícita e a projeção não é obrigatória. Já em (17), a inferência é mais rígida e, invariavelmente, se projeta; não seria possível, portanto, especular com um factivo emotivo.

Os exemplos analisados até aqui indicam que i) a pressuposição dos predicados emotivos se projeta uniformemente em qualquer sentença simples ou complexa; ii) os predicados factivos cognitivos, ao contrário, têm um comportamento projetivo bem menos resistente a manipulações contextuais, seja no nível da sentença – como as alterações no sujeito, por exemplo –, seja no contexto extra-linguístico, como ilustram os casos de ignorância explícita. Partiremos a seguir para

¹¹ https://www.reddit.com/r/ProjetoHumanos/comments/bhghvb/pro_pessoal_que_acredita_que_houve_tortura_qual_a/

¹² Essa intuição de estranhamento é apontada por Abrusán (2011) e Romoli (2012).

os mecanismos propostos por lexicalistas e conversacionalistas para o problema da projeção e em que medida esses mecanismos se aplicam aos predicados factivos; como veremos, esses predicados são frequentemente mencionados em exemplos rápidos, mas pouco analisados efetivamente sobretudo em relação à heterogeneidade observada.

3. Propostas lexicalistas ou convencionalistas

Embora estejamos, ao longo desse texto, usando os termos “semântica” e “pragmática” para distinguir abordagens teóricas da pressuposição, é importante reforçar que as propostas que serão apresentadas nessa seção não são semânticas no sentido estrito, isto é, não são abordagens que entendem a pressuposição como uma relação binária entre pares de proposições expressas pelas sentenças. Na seção de introdução, chegamos a falar sobre propostas dessa natureza, em que a relação entre as sentenças não envolve diretamente o falante ou seus interlocutores, nem o seu contexto de proferimento. O movimento de incluir esses elementos na reflexão teórica sobre o fenômeno vai ser feito inicialmente por trabalhos como os de Karttunen (1973, 1974) e Gazdar (1979), que definem a pressuposição como uma relação entre sentenças e um contexto de avaliação, que é caracterizado como o conhecimento partilhado entre falantes e interlocutores – a inclusão do contexto e dos falantes nessas abordagens se deve à influência das considerações de Stalnaker (1973) e Grice (1975). Essa reelaboração vai culminar no desenvolvimento de uma semântica dinâmica proposta por Heim (1983, 1992), um dos modelos de análise da significação mais influentes no âmbito das abordagens lexicalistas em apesar das diversas (e pertinentes) críticas, é, até hoje, o ponto de partida das discussões sobre pressuposição.

Nesse sentido, para aquilo que nos concerne no presente trabalho, o que de fato marca a diferença entre as abordagens pragmáticas e as abordagens semânticas – seja no sentido estrito, seja aquelas que incluem mecanismos pragmáticos para a derivação da pressuposição – tem a ver com a caracterização que as teorias semânticas fazem do fenômeno, a saber, como parte da representação semântica dos gatilhos de pressuposição. Dessa perspectiva, “*the grammar explicitly encodes that a certain subset of constructions are presuppositional, and determines for each such construction with what presuppositions it is associated.*” (Beaver, 2001, p. 26).

Além disso, os autores deste conjunto têm em comum, essencialmente, a característica de buscarem uma teoria unificada da pressuposição, que não prevê, de maneira direta, explicação para uma possível variação na projeção que seja baseada em particularidades dos gatilhos pressuposicionais. Karttunen (1973), por exemplo, propõe uma distinção entre contextos de encaixamento em relação à projeção da pressuposição segundo a qual teríamos operadores que bloqueiam completamente a projeção, as tampas (*plugs*); os que projetam sempre a inferência encaixada, os furos (*holes*); e os que se comportam ora como tampas, ora como furos, os filtros (*filters*). Não iremos detalhar essa análise, mas é fundamental destacar que, embora o autor afirme que “*we may even forget about the distinction between semantic and pragmatic presuppositions*” (Karttunen, 1973, p. 171), a sua proposta só faz

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

sentido em uma abordagem que assume a pressuposição como um aspecto do significado que está obrigatoriamente presente e é preciso, portanto, “escondê-lo” de alguma forma quando ele não faz parte do significado global das sentenças complexas.

Posteriormente, Karttunen (1974) faz uma reelaboração dinâmica da sua proposta de filtragem e lança as bases a partir das quais Heim desenvolve sua abordagem. Fundamentalmente, esse autor desloca a questão da projeção de um cálculo a partir do conjunto das pressuposições encaixadas para um mecanismo que se caracteriza pela checagem progressiva em relação ao contexto:

Instead of characterizing these contexts by compiling the presuppositions of the sentence, **we ask what a context would have to be like in order to satisfy those presuppositions**. Of course, it is exactly the same problem but, by turning it upside down, we get a surprisingly simple answer. The reason is that we can answer the latter question directly, without having to compute what the presuppositions actually are. (Karttunen, 1974, p. 184 – destaque nosso).

A partir dessa nova perspectiva, o autor formula uma definição de satisfação da pressuposição de uma sentença simples relativamente a um determinado contexto:

(18) Karttunen (1974, p. 185)

Context *X* satisfies-the-presuppositions-of *A* just in case *X* entails all of the basic presuppositions of *A*.

Partindo desse princípio mais básico, é possível definir recursivamente a noção de satisfação para sentenças complexas. Veja, por exemplo, as condições de satisfação da pressuposição na estrutura condicional:

(19) Karttunen (1974, p. 185)

Context X satisfies-the-presuppositions-of “If A then B” just in case

(i) *X* satisfies-the-presuppositions-of *A*, and

(ii) $X \cup A$ satisfies-the-presuppositions-of *B*.

Decorre dessa definição que, se se admite que cada sentença simples seja avaliada relativamente ao contexto atualizado pela sentença ou operador que a precede, não há necessidade de um método projetivo; apenas de um mecanismo de checagem do contexto local de cada sentença simples:

[...] in case a sentence occurs as part of a larger compound, **its presuppositions need not always be satisfied by the actual conversational context, as long as they are satisfied by a certain local extension of it**. For example, in order to admit “If *A* then *B*” a context need only satisfy-the-presuppositions-of *A*, provided that the presuppositions of *B* are satisfied by the context as incremented with the logical form of *A*. (Karttunen, 1974, p. 185 – destaque nosso).

Conforme indicamos antes, Heim (1983, 1992) assume algumas das concepções de Karttunen (1974) – fundamentalmente, i) a ideia de uma interpretação incremental partindo das sentenças

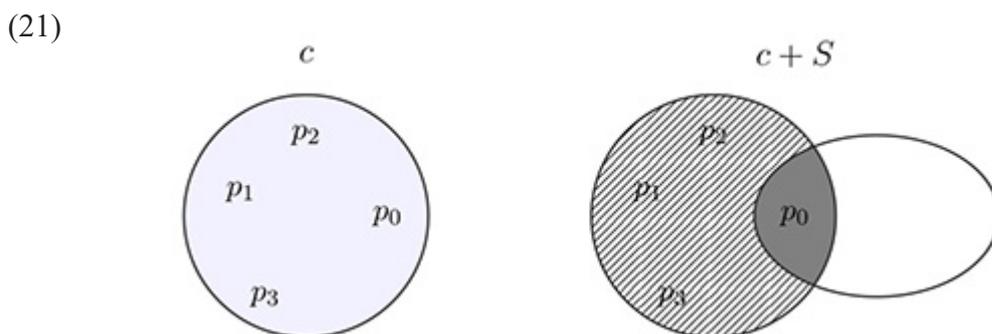
simples, nos casos das construções compostas; ii) e, em decorrência disso, a suposição de um contexto local que precisa admitir as pressuposições dessas sentenças simples para que o procedimento de interpretação possa seguir. É importante também destacar que o contexto, para Heim, é um conjunto de mundos possíveis que representam o conjunto de mundos compatíveis com o conhecimento partilhado entre os interlocutores, como proposto por Stalnaker (1973, 1974, 1978). Nesse sentido, ao proferir uma asserção qualquer estamos atualizando esse conjunto-contexto e, portanto, restringindo os mundos possíveis a partir dos quais seguiremos nossa interação. Cada sentença simples está, portanto, associada ao seu potencial de atualização do contexto, ao seu CCP, que é uma função que se aplica ao contexto inicial de proferimento e devolve um novo contexto atualizado – basicamente, uma operação de intersecção de conjuntos. Nesse sentido, uma sentença atômica como a que temos abaixo altera o contexto da seguinte forma; vamos usar aqui a notação de Ferreira (2023):

$$(20) \quad [Luiza \text{ é botafoguense}]_S$$

Considerando um contexto c ,

$$c + S = c \cap \{w \mid Luiza \text{ é botafoguense em } w\}^{13}$$

Isto é, adicionar S ao contexto c é selecionar em c apenas os conjuntos de mundos nos quais ‘Luiza é botafoguense’. Em outras palavras, considere que c , antes do proferimento de (20), é compatível com as proposições $p_0 = Luiza \text{ é botafoguense}$, $p_1 = Luiza \text{ é corintiana}$, $p_2 = Luiza \text{ é vascaína}$, $p_3 = Luiza \text{ é cruzeirense}$, e assim por diante. Como representado no diagrama abaixo, o resultado de asserir S no contexto c , se essa sentença for aceita por todos os interlocutores, é que c será reduzido apenas aos mundos nos quais a Luiza é botafoguense – é por essa razão que, para Heim, o significado de uma sentença é a forma como essa sentença altera o contexto, isto é, como ela intersecta o conjunto de mundos possíveis que irão compor o conhecimento compartilhado entre falantes e interlocutores:



As pressuposições, nessa abordagem, são restrições ao processo de atualização, isto é, para que uma sentença S , que contenha uma pressuposição pp , possa ser adicionada ao contexto c , é preciso que c acarrete pp antes de ser atualizado por S . Como ilustração, consideremos a sentença abaixo, formada com o factivo cognitivo ‘perceber’, e o CCP, por ora simplificado, associado a ela:

¹³ A letra w minúscula indica um elemento do conjunto de todos os mundos possíveis (W).

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

(22) [Daniel percebeu que a Luiza não torce para o Flamengo]_s

$$c + S = \begin{cases} c \cap \{w | S \text{ em } w\} & c \subseteq \{w | A \text{ Luiza não torce para o Flamengo em } w\} \\ \textit{indefinido} & \text{nos demais casos.} \end{cases}$$

Nesse caso, o processo de atualização do contexto se dá se e somente se $\{A \text{ Luiza não torce para o Flamengo}\}_{pp}$ já fizer parte do conhecimento comum aos interlocutores e, a partir disso, é possível reduzir o conjunto c de forma que ele só contenha os mundos nos quais Daniel percebeu que a Luiza não torce para o Flamengo, excluindo, portanto, aqueles nos quais ele **não** percebeu que pp .

Nesse sentido, temos uma restrição básica a ser considerada antes de adicionar uma sentença ao conjunto-contexto – fica, dessa forma, recuperado o sentido fregeano mais básico de que pressuposições são pré-condições para a interpretação de uma sentença; no modelo de Heim, essa interpretação não se dá em termos de valor de verdade como é o caso de Frege, mas em termos do processo de atualização do contexto. Nesse sentido, essa restrição pode ser expressa como:

$$(23) \quad c + S = \begin{cases} c \cap ps & c \subseteq pps \\ \textit{indefinido} & \text{nos demais casos.} \end{cases}$$

Uma sentença S só pode ser adicionada ao contexto c se as pressuposições dessas sentenças – pp_s – forem admitidas em c . Nesse caso, a proposição expressa por $S - p_s$ – pode restringir o contexto c .

Sobre essa restrição, Heim (1992, p. 185), afirma que:

[..] the presuppositions of a sentence are requirements on the context, that is, they determine which contexts its CCP can be applied to. Whenever a sentence presupposes something, it must be evaluated in a context that already entails that presupposition. **These requirements are uncancellable; under certain conditions, a context may be fixed up to meet them, but never the other way round, i.e. never is the requirement waived or weakened to make it more easily met by a given context.** (destaque nosso).

No entanto, como já vimos diversas vezes ao longo dessa exposição, as pressuposições encaixadas em sentenças complexas impõem alguns problemas à ideia de que essas inferências não são canceláveis. É preciso tratar das situações nas quais a proposição pp ou não é parte do conhecimento partilhado ou é uma proposição apresentada pelo falante como uma informação claramente em aberto – os contextos de ignorância explícita. Veja que no trecho destacado da citação acima, Heim afirma que o contexto pode ser reparado para que as restrições impostas a ele possam ser satisfeitas. Essa ideia já vinha sendo indicada na literatura; segundo Karttunen (1974, p. 191), por exemplo, “*we can maintain that a sentence is always taken to be an increment to a context that satisfies its presuppositions. If the current conversational context does not suffice, the listener is entitled and expected to extend it as required*”. Esse processo de “expansão” do contexto é chamado de acomodação – conforme já mencionado na seção de introdução. Essa noção aparece pela primeira vez em Lewis (1979, p. 339);

segundo o autor, “*if at time t something is said that requires presupposition P to be acceptable, and if P is not presupposed just before t , then – ceteris paribus and within certain limits – presupposition P comes into existence at t* ”.

Em outras palavras, o processo de acomodação é o mecanismo de apresentar a pressuposição como informação nova. Se considerarmos o exemplo (22) em um contexto que não satisfaz a pressuposição $\{A \text{ Luiza não torce para o Flamengo}\}_{pp}$, o CCP dessa sentença determina que ela seja “indefinida”. Na prática, no entanto, a solução dos interlocutores é acomodar essa inferência ao contexto e seguir o processo de atualização **como se** essa pressuposição já estivesse lá antes. Isto é, temos um passo intermediário de alteração do contexto prévio antes da atualização com a sentença S :

(24) [Daniel percebeu que a Luiza não torce para o Flamengo]_s

$$\begin{aligned} c + S &= \\ & (c + A \text{ Luiza não torce para o Flamengo}) = c' \\ c' + S &= c' \cap \{w | S \text{ em } w\} \end{aligned}$$

Fundamentalmente, chamamos esse processo de acomodação global porque altera a configuração do conjunto-contexto imediatamente anterior à sentença, que passa a conter a pressuposição associada ao predicado factivo ‘perceber’. Note que o contexto foi reparado para que o CCP de (22) pudesse se realizar.

Há, por outro lado, casos em que por determinação de alguma informação prévia estabelecida no contexto, a inferência não pode ser acomodada no contexto global de proferimento sob pena de resultar em um enunciado infeliz. Essas situações são provocadas, por exemplo, pelo contexto de ignorância explícita de que vimos falando. Relembre a situação apresentada por Simons (2001), da qual falamos na nossa introdução. Considere que estamos em um restaurante e um casal na mesa vizinha está discutindo. Sem conhecer nenhuma das partes, nem saber nada da discussão, eu posso dizer:

(25) Talvez ele tenha descoberto que ela tem uma amante.

⊗ Ela tem uma amante.

A pressuposição associada ao factivo ‘descobrir’ parece ficar impedida pela configuração específica do contexto, isto é, tanto eu, quanto você, ignoramos completamente se é o caso ou não que a pessoa ao lado, que não conhecemos, tem uma amante.

Há, no modelo de Heim, uma maneira de derivar leituras não-presuposicionais de sentenças com gatilhos de pressuposição. Nesses casos, partindo da ideia de contexto local proposta por Karttunen (1974) – isto é, os contextos contra os quais as partes de uma sentença composta é avaliada –, Heim propõe que a noção de acomodação possa ser aplicada não só ao contexto global da sentença final – como vimos acima –, mas também aos contextos intermediários que vão se constituindo ao longo do processo de atualização do contexto. Em outras palavras, se, em uma sentença complexa, a

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

pressuposição associada a um gatilho encaixado não se projetou para o contexto global, é porque essa inferência foi satisfeita localmente, pelo contexto somado à sentença anterior, ou foi interpretada no escopo de um operador que antecede à sentença pressuposicional. Essa solução se justifica no interior de um modelo de base convencional, uma vez que a proposição pressuposicional está associada lexicalmente aos gatilhos, desse modo, ela não pode simplesmente desaparecer.

Vamos comparar os dois métodos de acomodação, global e local, a partir de uma sentença com factivo no escopo do operador modal. Recordemos que, a princípio, uma sentença como (26) abaixo, é marcada para herdar do factivo encaixado a pressuposição de que a Luiza vai para Ohio:

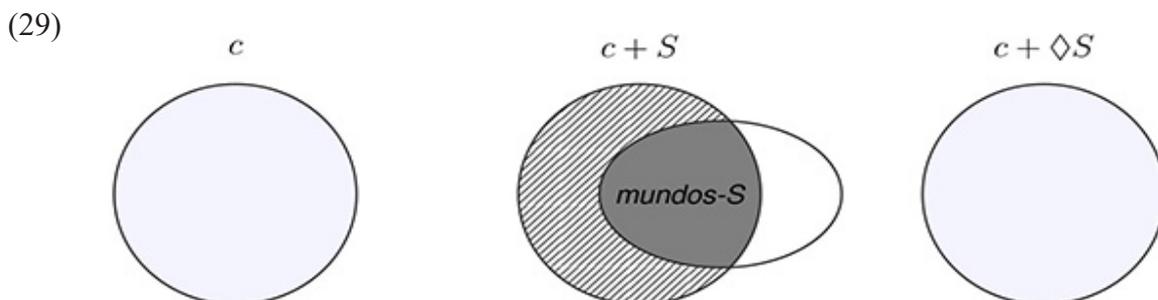
- (26) Talvez o Daniel tenha descoberto que a Luiza vai para Ohio.
 \Rightarrow Luiza vai para Ohio.

Vamos propor uma representação do CCP desta sentença. Iremos assumir aqui o CCP para o modal, tal como proposto por Stokke (2014); o CCP dos factivos serão baseados no esboço que Heim (1992, p. 219) oferece para esses predicados. São eles, respectivamente:

$$(27) \quad c + \diamond S = \{w | c + S \neq \emptyset\}$$

$$(28) \quad c + FAC(x, p) = c \cap \{w | Dox_x(w) = p\} \quad sse \quad c \subseteq p$$

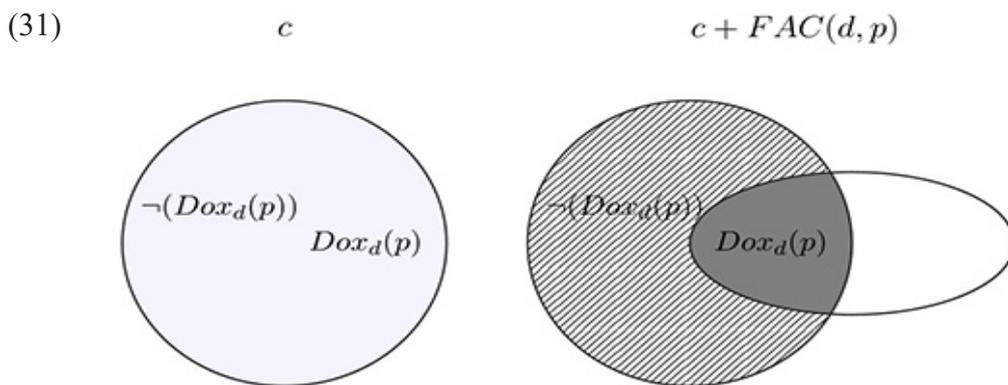
De acordo com (27), o operador modal \diamond “returns all the worlds from c just in case the result of applying the CCP of the prejacent to c is non-empty. That is, if there is at least one S -world in c .” (Stokke, 2014, p. 42). Em outras palavras, atualizar o contexto com uma sentença modalizada, em linhas gerais, devolve o contexto inicial inalterado, desde que esse contexto seja compatível com a sentença encaixada. Vejamos o diagrama:



Nesse sentido, uma sentença como ‘Talvez Luiza vá para Ohio’ só é admitida em um contexto c , se c puder admitir a proposição ‘Luiza vai para Ohio’ – crucialmente, o modal de possibilidade não intersecta o contexto mas faz nele uma checagem de compatibilidade. Se em nenhum subconjunto de

c for o caso que ‘Luiza vai para Ohio’, a intersecção é vazia e a sentença não pode ser interpretada. De acordo com (28), uma sentença simples como ‘Daniel descobriu que a Luiza vai para Ohio’ seleciona do contexto c o conjunto de mundos em que Daniel acredita que Luiza vai para Ohio e, fundamentalmente, apenas se c já contiver a proposição ‘Luiza vai para Ohio’, isto é, a pressuposição associada ao factivo ‘descobrir’. Vejamos a CCP desta sentença e sua representação no diagrama que segue:

(30) Daniel descobriu que [a Luiza vai para Ohio] _{p} e
 $c + FAC(d, p) = c \cap \{w | Dox_d(w) = p\}$ sse $c \subseteq [Luiza\ vai\ para\ Ohio]_p em w$



Vamos agora juntar as expressões para compor o CPP de (26):

(32) Talvez [o Daniel tenha descoberto que [a Luiza vai para Ohio] _{p}] _{S}
 $c + \Diamond[FAC(d, p)]_S = \{w | (c \cap \{w | Dox_x(w) = p\}) \neq \emptyset\}$

De acordo com o CCP do modal (27), a sentença acima checka o contexto c para a possibilidade de que seja o caso que S , isto é, que seja o caso que ‘Daniel descobriu que a Luiza vai para Ohio’. Ou seja, o modal devolve o conjunto de mundos que compõem c desde que a intersecção de c – e aqui entra o CCP do factivo (28) – com os mundos nos quais o Daniel acredita que a Luiza vai para Ohio não resulte em um conjunto vazio. Assumindo que a pressuposição do factivo é satisfeita pelo contexto global de proferimento, essa checagem retorna o mesmo conjunto inicial c que apresentamos no diagrama acima em (31).

E se o contexto c não acarretar a proposição ‘Luiza vai para Ohio’, como fica a interpretação de (25)? Como vimos há pouco, podemos recorrer à reparação do contexto global para que essa proposição seja incluída em c como uma informação nova; ou podemos alocar essa proposição no escopo do operador modal, recorrendo assim à estratégia da acomodação local. Estamos propondo para cada opção as seguintes representações:

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

(33) (25) com acomodação global

$$c + \diamond[FAC(d, p)]_S = (c + [Luiza vai para Ohio]_p) = c'$$

$$c' + \diamond[FAC(d, p)]_S = \{w | (c' \cap \{w | Dox_x(w) = p\}) \neq \emptyset\}$$

(34) (25) com acomodação local

$$c + \diamond[FAC(d, p)]_S = \{w | (c \cap \{w | [Luiza vai para Ohio]_p \wedge Dox_x(w) = p\}) \neq \emptyset\}$$

Essencialmente, a diferença entre (33) e (34) está no contexto sobre o qual o operador modal empreende sua checagem. No caso da acomodação global, o modal opera sobre um novo contexto c' em que a proposição p foi adicionada e está, inclusive, disponível como pressuposição dos próximos proferimentos do falante e seus interlocutores. Já quando essa proposição é acomodada localmente, isso significa que o contexto inicial permanece inalterado e também p é checada pelo operador; em outras palavras, na interpretação local de (25), temos que o modal verifica o contexto inicial para os mundos em que $[Luiza vai para Ohio]_p$ e que Daniel descobriu que p . Se o contexto inicial for compatível com mundos em que essas duas proposições são possíveis, a sentença com o modal retorna esse mesmo contexto.

Segundo Heim (1983, p. 401), há uma hierarquia em relação a esses processos:

I suggest that the global option is strongly preferred, but the local option is also available in certain circumstances that make it unavoidable [...] by stipulating a ceteris paribus preference for global over local accommodation, we capture the effect of [Gazdar (1979)]'s assumption that presupposition cancellation occurs only under threat of inconsistency.

O recurso à acomodação local permite à semântica dinâmica explicar porque a pressuposição encaixada em uma dada sentença em particular não se projeta para o contexto global. Note, porém, que não há qualquer estipulação que explique diferenças sistemáticas no interior da classe de gatilhos pressuposicionais em relação à projeção. Isto é, não é um problema para essa abordagem explicar os exemplos levantados por Simons (2001), Beaver (2010), entre outros, via acomodação local; a questão é que, tal como está proposta, a teoria não explica porque esse mecanismo está disponível para alguns gatilhos e não para outros nos contextos de ignorância. Isto é, não temos uma explicação do porque uma sentença com o factivo emotivo ‘estranhar’, no mesmo contexto do restaurante, gera um ruído em sua aceitabilidade:

(35) ? Talvez ele tenha estranhado que ela tem uma amante.

Podemos supor que, nesse caso, o recurso à acomodação local não está disponível para factivos emotivos e a baixa naturalidade dessa sentença se deve a uma tentativa de acomodação global que é impedida pela configuração do contexto. Seria preciso, nesse caso e da perspectiva da semântica

dinâmica, propor representações ou CCPs diferentes para cada tipo de predicado factivo – e, a rigor, para todos os gatilhos pressuposicionais que também tenham esse comportamento nos contextos de ignorância. Falaremos mais sobre isso adiante. Vamos agora partir para algumas das propostas que se constituem na crítica aos modelos lexicalistas que apresentamos nesta seção.

4. Propostas pragmáticas ou conversacionalistas

A perspectiva conversacionalista parte do princípio de que não é possível conciliar o caráter instável da projeção das inferências pressuposicionais com a estipulação lexical postulada pelas propostas semânticas. Simons (2001), por exemplo, afirma que:

[...] the derivation of a presupposition may require speaker and addressee to share certain assumptions (e.g. that the speaker is behaving cooperatively), but the presuppositions themselves are neither required nor expected to be entailed by the common ground. Moreover, on this picture, presuppositions are not attached to atomic clauses, but are inferences derivable from the utterance as a whole, given the conversational situation. **This raises a question about algorithmic treatments of presupposition projection, which are predicated on the assumption that presuppositions are locally generated.** (Simons, 2001, p. 16 – destaque nosso).

E os pesquisadores dessa vertente não estão sozinhos. Lauri Karttunen, cujos trabalhos apresentamos na seção anterior e que foi um dos autores de orientação formal que mais produziu a respeito de pressuposição durante a segunda metade do século XX, em um exercício mais recente de reflexão em relação à produção teórica sobre o fenômeno, afirma, sobre aos factivos cognitivos em particular, que:

Instead of making the assumption that the ‘coming-to-know’ verbs are pre-supposition triggers only to have to tie yourself into knots trying to explain how that presupposition sometimes get cancelled or goes away, and doesn’t project, it is better to admit that it was a mistake to assume that these verbs have presuppositions in the classical sense. They are in a class by themselves. Affirmative assertions definitely commit the speaker to the truth of the complement but negative sentences, questions, and conditionals with coming-to-know verbs are in principle noncommittal. **Most of the time there are enough clues in the context to indicate whether the author takes the complement as true or as yet to be established but it is not part of the lexical meaning of these verbs.** (Karttunen, 2016, p. 713 - destaque nosso).

Conforme já mencionamos anteriormente, a partir dos anos 2000, houve um movimento nos estudos da pressuposição na direção de explicar a inferência pressuposicional é decorrente de um raciocínio pragmático que opera sobre um conjunto de alternativas. No caso de sentenças complexas, a projeção é resultado da marcação de foco na estrutura informacional (Rooth, 1985, 1992), o que dispensaria associar o conteúdo pressuposicional ao item lexical, além de explicar de forma direta as ocorrências não-pressuposicionais dessas expressões.

Para defender um ponto de vista nesse sentido, Simons (2001) argumenta que algumas pressuposições – especificamente aquelas associadas a verbos de mudanças de estado (‘parar’, ‘continuar’, etc.) e a verbos factivos – apresentam características típicas de inferências conversacionais. A principal delas é, obviamente, o cancelamento contextual. Note que, nesse texto, a autora defende em mais de um momento uma separação interna à classe de gatilhos pressuposicionais, ou seja, não há pretensão de abandonar completamente a noção de pressuposição semântica:

some – **but crucially, not all** – presuppositions are susceptible to cancellation in what I will call **explicit ignorance contexts**: situations in which it is apparent to the addressee that the speaker is ignorant with respect to the proposition that would normally be presupposed. (Simons, 2001, p. 2 – destaque nosso).

Cumprido dizer que, é a partir dessa observação que Abusch (2002) propõe que a diferença no comportamento projetivo dessas expressões se deve à diferença da natureza, semântica ou pragmática, da inferência associada a cada grupo:

My hypothesis is that **hard triggers encode semantic presuppositions in their semantic values, and that the pragmatic presuppositions triggered by soft triggers are easily suspendable and dependent on linguistic and extralinguistic context because they do not come from semantic presuppositions**. Soft triggers could be analyzed using semantic presupposition and local accommodation, but that isn’t the right analysis, because we need to distinguish hard triggers from soft triggers. (Abusch, 2002, p. 3 – destaque nosso).

Veja que a autora menciona a limitação do recurso à acomodação local se se pretende distinguir entre gatilhos. Para caracterizar contraste entre gatilhos leves e pesados, do ponto de vista descritivo, a autora recorre ao contexto de ignorância explícita proposto por Simons (2001); isto é, as expressões que não geram estranhamento (“*infelicity*”) nesses contextos são analisadas como gatilhos leves, caso contrário serão casos de gatilhos pesados.

Embora Simons (2001) defenda que apenas alguns gatilhos têm uma origem conversacional, a partir de Simons *et al.* (2010), a autora passa a argumentar em favor de uma teoria mais abrangente, pensando o fenômeno da projeção em termos mais gerais e extrapolando os gatilhos pressuposicionais:

[...] we propose an alternative explanation based on the following claim, which **is intended to apply to all content which occurs in embedded contexts**: Meanings project IFF they are not at-issue, where at-issueness is defined in terms of the Roberts’ (1996) discourse theory. Thus, and despite their apparent heterogeneity, projective meaning triggers emerge as a natural class on the basis of the not at-issue status of their projective inference. (Simons *et al.*, 2010, p. 309 – destaque nosso).

Seguindo esse projeto, Simons *et al.* (2016) pretendem propor uma análise exclusiva dos predicados factivos¹⁴ e defendem “*the idea that the interpretation of an utterance involves the*

¹⁴ Embora só mencionem explicitamente na conclusão, os autores se concentram nos factivos cognitivos e sua projeção no escopo da negação.

identification of the set of alternatives among which the speaker intends to distinguish by that utterance” (Simons *et al.*, 2016, p. 2). Dessa perspectiva, as estratégias discursivas básicas são as asserções, que movimentam os interlocutores na direção desse objetivo, e as perguntas em discussão (“*question under discussion*”, daqui em diante QUD) estabelecem o tópico de interesse do discurso. Essa dinâmica de fazer asserções para responder às perguntas que vão potencialmente sendo levantadas pelos interlocutores está sujeita a uma restrição derivada da máxima griceana da relevância, isto é, as asserções são feitas com o objetivo de responder a qualquer que seja a última pergunta aceita como tópico central da conversação (Roberts, 1996). Vamos voltar à noção de QUD; o que interessa apontar agora é que essa ideia está intrinsecamente ligada à semântica das perguntas proposta, entre outros autores, por Groenendijk e Stokhof (1984). A saber, uma pergunta denota um conjunto de alternativas que respondem a essa pergunta.

Simons *et al.* (2016) também defendem que os processos de derivação pragmática da pressuposição se dão “*only at the utterance level, where speakers signal their intentions as to what question they intend to address.*” (Simons *et al.*, 2016, p. 18) – ou seja, se opõem frontalmente a qualquer proposta que explique o comportamento projetivo dos factivos a partir de propriedades convencionais desses predicados ou das sentenças em que eles aparecem; os autores reforçam que a projeção (ou não) da pressuposição deve ser explicada no nível do discurso. Nesse sentido, os exemplos de leitura não pressuposicional, nos contextos de ignorância explícita, são apontados pelos autores como evidências para a necessidade de uma explicação que considere, de forma central, as crenças do falante – ou o que o falante apresenta como sendo suas crenças – e, principalmente, os objetivos específicos da conversação.

Desse modo, segundo Simons *et al.* (2016), a inferência factiva surge ou da i) estrutura da pergunta vigente (“*current question*” – daqui em diante CQ) ou do ii) processo de estabelecer uma relação de relevância entre a pergunta vigente e a pergunta discursiva (“*discourse question*” – daqui em diante, DQ). Dessas relações decorrem os dois princípios propostos pelos autores:

- (36) *Projection of the content of the complement of an attitude verb occurs if the Current Question for the utterance entails this content.* (p. 6)
- (37) *Projection of the content of the complement of an attitude verb occurs if the best explanation for relevance of the CQ to the DQ requires attribution of acceptance of that content to the speaker.* (p. 6)

Note que Simons *et al.* (2016), na redação de seus princípios de projeção, falam em verbos de atitude, no geral, e não, especificamente, em predicados factivos. Essa escolha indica um argumento a ser sustentado pelos autores ao final do texto, a saber, que a pressuposição dos predicados factivos tanto não está associada ao léxico que é possível derivar a “*implicação de factividade*” mesmo de uma estrutura como ‘*acha que p*’ ou ‘*pensa que p*’. Voltaremos a isso.

O modelo dos autores funciona assumindo que em toda sentença algum constituinte recebe marcação de foco e que a sentença toda pode ser focalizada; além disso, o foco é entendido como uma marcação de informação nova. Consideremos o exemplo abaixo com a marcação de foco indicada:

(38) [Daniel]_F votou no Luiz.

Essa sentença responderia a uma pergunta do tipo ‘quem votou no Luiz?’, mas não ‘em quem Daniel votou?’, já que o foco indica uma informação nova em relação a algo já dado discursivamente – nesse caso, ‘x votou no Luiz’.

A partir de Rooth (1985, 1992), Simons *et al.* (2016) apontam que o foco tem a função semântica de tornar saliente um conjunto de proposições alternativas, isto é, proposições que podem ocupar o lugar do constituinte focalizado – no caso de (38), poderíamos ter, por exemplo, um conjunto hipotético com 60.345.999 indivíduos que poderiam ocupar a variável *x* na estrutura ‘*x* votou no Luiz’. Além disso, os autores retomam a ideia de que a semântica das perguntas, tradicionalmente, é definida como o conjunto das proposições de suas respostas. Desse modo, a pergunta ‘quem votou no Luiz?’ também poderia denotar um conjunto como esse que propusemos para (38). Simons *et al.* (2016) argumentam, então, que “*we can technically refer to focal alternatives sets as questions*”.

Em perguntas e na marcação de foco, o conjunto de alternativas costuma ser contextualmente restrito; isto é, o conjunto associado à pergunta ‘quem votou no Luiz?’ tem seu domínio restrito, por exemplo, a apenas aqueles que compareceram à votação, ou aqueles em idade de votar, isto é, aos indivíduos que efetivamente podem compor esse conjunto. No modelo de Simons *et al.* (2016), um proferimento está associado a um conjunto restrito contextualmente, o conjunto CQ:

- (39) *Current Question (CQ) for an utterance: The CQ for an utterance is a privileged subset of the focal alternative set of the uttered sentence (given a structural analysis of that sentence, including focus marking) which meets the following conditions:*
- (i) The proposition expressed is a member of the CQ and
 - (ii) The CQ has at least one additional member.

A questão fundamental para essa proposta é que esse conjunto tem acarretamentos em comum, que são as inferências que tipicamente se projetam:

[...] we assume that where a question is made salient by virtue of being the CQ for an utterance, those propositions which are entailed by the disjunction of the alternatives within the question – those propositions on which the alternatives “agree” – are backgrounded and are understood to be commitments of the speaker. These are the propositions which the speaker does not take to be part of what is currently under discussion. Let’s introduce here some simplifying terminology: Where all the alternatives within a question entail some proposition *p*, we say that the question entails *p*. (Simons *et al.*, 2016, p. 8).

Podemos acompanhar como a ideia do conjunto CQ funciona para derivar a projeção da pressuposição do factivo ‘saber’ em uma sentença no escopo da negação:

(40) Daniel não sabe que [Jair está fugindo]_F

De acordo com o que propõem Simons *et al.* (2016), considere que essa sentença tenha sido proferida com o foco indicado, ou seja, sobre toda a sentença encaixada – o que seria, segundo eles, uma entonação declarativa “neutra” – e em um contexto sem nenhuma especificação particular, uma pessoa que escuta uma conversa de desconhecidos, por exemplo. O CQ proposto para (40), ou seja, o conjunto de alternativas associado ao proferimento, teria a seguinte estrutura:

(41) {Daniel sabe que *x*, Daniel sabe que *y*, Daniel sabe que *z*}

A ideia é que quem escuta esse proferimento, sem ter qualquer informação contextual, tende a delimitar o domínio desse conjunto apenas às proposições que são passíveis de serem de conhecimento de Daniel. Nas palavras dos autores:

the alternatives include only alternatives which respect the selectional restrictions of [saber]. This requires that in all of the alternatives, each of the form [Daniel sabe que *p*], *p* is a true proposition. Of course, the speaker may be mistaken about what’s true. But the interpreter’s job is just to determine what the speaker is presenting as her commitments. When the speaker utters [(40)], she is eliminating the proposition that [Jair está fugindo] from the set of possibly-knowable propositions that [Daniel] actually knows. Hence, she is treating the proposition that [Jair está fugindo] as possibly knowable, hence as true. (Simons *et al.*, 2016, p. 12).

Nesse sentido, para os autores, sentenças com predicados factivos cognitivos, no escopo de operadores que cancelam acarretamentos, tendem a projetar a pressuposição quando apresentadas sem contexto e com uma prosódia neutra – do que decorreria uma marcação de foco na sentença encaixada como um todo. No entanto, em um contexto diferente, outro conjunto CQ pode ser ativado e uma leitura não pressuposicional pode emergir. Veja o caso da negação metalingüística abaixo:

(42) **A:** Daniel sabe que o Jair está fugindo e não falou nada.

B: Daniel não sabe que o [Jair]_F está fugindo, ele sabe que Michelle está fugindo e ele é amigo dela... não vai falar mesmo.

A pergunta a ser respondida nesse caso é ‘para cada pessoa do conjunto CQ, quem o Daniel sabe que está fugindo?’, desse modo, a inferência gerada é de que alguém está fugindo e não de que alguma pessoa em particular esteja fugindo, isto é, nenhuma das alternativas acarreta que Jair está fugindo. A propósito de exemplos como esses, os autores afirmam que “*because we do not assume that projection of the content of the complement is conventionally triggered, there is no need to explain why that content fails to project.*” (Simons *et al.*, 2016, p. 10).

Para discutir o processo de derivação no contexto de ignorância, Simons *et al.* (2016) retomam alguns casos elencados por Beaver (2010) – e discutidos na primeira seção deste artigo –, casos que instanciam contextos desse tipo. Considere o exemplo abaixo:

- (43) *...I haven't tried this with wombats though, and if anyone **discovers** that the method is also wombat-proof, I'd really like to know.*

O autor das sentenças acima declaradamente não sabe se “*the method is also wombat-proof*”, desse modo, o conteúdo dessa sentença não pode se projetar como verdadeiro, isto é, como uma inferência pressuposicional de (43). Por essa característica do contexto, o CQ gerado não vai acarretar essa proposição que é a pressuposição associada ao factivo:

- (44) *{Someone discover that the method works with **x**, Someone discover that method works with **y**, Someone discover that method works with **z**}*

Ou seja, segundo o mecanismo dos autores, a questão que se coloca para o conjunto em (44) é: ‘dado cada tipo de animal em CQ, para o qual se descobriu que o método também funciona?’. Assim como para (42), em função do contexto de ignorância, o conjunto CQ é construído de modo que nenhuma das alternativas acarreta que o método funciona para um tipo específico de animal, ou seja, que o método funciona para vombates.¹⁵

O que vimos até aqui são exemplos em que o que está em jogo é o primeiro princípio expresso em (36), porém Simons *et al.* (2016) propõem ainda uma segunda maneira para explicar a projeção dos factivos (cognitivos). Para isso, os autores mobilizam o princípio em (37):

So far, we have shown that the interpretation of a factive sentence depends on the Current Question it gives rise to. Current Questions themselves must be relevant to the ongoing discourse. In this section, **we show that sometimes attribution to the speaker of commitment to the factive complement is a consequence of this relevance requirement.** (Simons *et al.*, 2016, p. 14 - destaque nosso).

Segundo os autores, teríamos aí mais um argumento em favor da natureza conversacional da inferência associada aos factivos cognitivos. Vamos começar estabelecendo o contexto no qual uma determinada troca linguística vai se dar:

Consider the following (necessarily complicated) scenario.

Phil, Amy, and Polly have just had lunch together. Phil and Amy are a couple, with a shared car. Amy came to lunch in that car, while Phil and Polly each arrived separately. Amy was running late so, contrary to her usual habit, parked the car in a nearby garage which requires payment, instead of parking for free a little further away. As they finished lunch, Phil volunteered to fetch the car and come back for Amy and Polly. Phil has now been gone for longer than expected. The following dialogue ensues: (Simons *et al.*, 2016, p. 16).

¹⁵ Os vombates são mamíferos marsupiais habitantes do continente da Oceania.

(45) *Polly: Why is it taking Phil so long to get back here?*

Amy: [with sudden realization] He doesn't know the car's parked in the garage.

De acordo com Simons *et al.* (2016), a resposta de Amy, nesse contexto, recebe uma leitura pressuposicional, isto é, é esperado que Polly identifique que Amy está assumindo que *'the car's parked in the garage'* é verdadeiro. Além disso, os autores argumentam que “*given the intonation assumed for Amy's utterance, multiple focus assignments are possible, but perhaps most plausible is that the entire sentence is focused (as none of the content has recently been mentioned)*” (Simons *et al.*, 2016, p. 17).

Assim como na análise proposta para (45), a resposta de Amy estaria relacionada a um conjunto de alternativas, o conjunto CQ, da forma:

(46) *{Phil doesn't know that x, Phil doesn't know that y, Phil doesn't know that z, Phil doesn't know that q...}*

E, nas palavras dos autores:

When a sentence of form *x doesn't know that p* is uttered [...] the speaker indicates an intention to address the question *What does x know?* We can conceive of all kinds of discourse goals to which an interest in this question would be relevant. But the goal of establishing whether *p* does not seem to be one of them. (Simons *et al.*, 2016, p. 13).

No entanto, de acordo com os autores, o que acontece em (45) é que um conjunto de “coisas que o Phil não sabe” não responde à pergunta “*Why is it taking Phil so long to get back here?*”, feita por Polly – isto é, em alguns casos, ainda é preciso de mais um passo que garanta a relevância de apresentar um determinado CQ. Para isso, Simons *et al.* (2016) acionam uma noção do modelo de Roberts (1996):

Central to Roberts' model is the QUD stack: the stack of questions currently under discussion. The QUD stack is an ordered push-down store, where each newly raised question is added to the top of the stack. (Questions can be raised explicitly, with interrogatives; implicitly, by question-introducing assertions; or by real world goals.) Whenever a question is answered or determined to be unanswerable, it is removed from the stack. (Simons *et al.*, 2016, p. 14-15).

Da noção de DQ, decorre o segundo princípio de projeção apresentado anteriormente e que retomamos abaixo:

(47) *Projection of the content of the complement of an attitude verb occurs if the best explanation for relevance of the CQ to the DQ requires attribution of acceptance of that content to the speaker. (p. 6)*

Segundo Simons *et al.* (2016), no caso da interação em (45):

Given the intonation assumed for Amy's utterance, multiple focus assignments are possible, but perhaps most plausible is that the entire sentence is focused (as none of the content has recently been mentioned). We take this focus assignment to be consistent with the CQ being the polar question Does Phil know that the car's parked in the garage? On the account laid out above, this question must be added to the QUD stack, which requires that it be understood as relevant to Polly's question, the DQ. It is relevant to the DQ just in case answering it helps to answer the DQ. We have already established that one answer to the CQ, the one that Amy gives in her assertion, can do so – under a projection reading of the answer. (Simons *et al.*, 2016, p. 17).

Segundo os autores, uma decorrência fundamental de explicar a projeção via relação de relevância entre DQ e CQ é que a mesma análise aplicada a (45) se aplicaria a (48), isto é, geraria a mesma inferência de que *'the car's parked in the parking garage'*:

(48) *Polly: Why is it taking Phil so long to get back here?*

Amy: He doesn't believe the car's parked in the parking garage. (Simons *et al.*, 2016, p. 17).

Defender essa análise significa levar às últimas consequências a natureza conversacional da pressuposição dos predicados factivos (cognitivos). Simons *et al.* (2016) consideram que a diferença entre 'saber' e 'acreditar' – ou talvez, mais adequado ao contexto acima, 'achar' – é que apenas o primeiro é veritativo (*veridical*).¹⁶ No entanto, em função da configuração especial do discurso, em (48), teríamos uma "implicação de factividade" já que *"in this discourse situation, a claim about Phil's belief will play the same discourse role as a similar claim about Phil's knowledge, and hence both require accommodation of the same proposition"* (p. 17).

Gostaríamos de encerrar a discussão da teoria proposta por Mandy Simons e colegas chamando atenção para um ponto que nos parece essencial, a saber, o grupo desvia da questão dos factivos emotivos – assim como dos demais gatilhos apontados por Abusch (2002) como gatilhos pesados. Conforme mencionamos anteriormente, na publicação de 2016, *"The Best Question: Explaining the Projection Behavior of Factives"*, não há menção aos emotivos e, apenas na conclusão do texto, os autores apontam que sua proposta está considerando apenas os factivos cognitivos:

We have argued that **the projection of complements of cognitive factive attitude verbs**, and perhaps of nonfactive attitude verbs too, can be explained by reference to the questions which sentences containing these verbs are understood to address.

Note que os autores fazem reiteradas críticas aos modelos lexicalistas apontando o princípio convencional assumido por esses modelos:

Accounts that attribute the implication of truth of the factive complement to a lexical requirement face a serious challenge: This implication is relatively fragile. (...) We then go on to develop our own account, which draws heavily on the idea that the interpretation of an utterance involves the identification of the set of alternatives among which the speaker intends to distinguish by that utterance. (Simons *et al.*, 2016, p. 2).

¹⁶*"A verb V is veridical iff an atomic sentence S with main verb V entails the truth of the clausal complement of V. Know is veridical because sentences of the form a knows that p entail p."* (Simons *et al.*, 2016, p. 17).

Porém, se as propostas lexicalistas enfrentam desafios decorrentes de assumirem a convencionalidade da inferência pressuposicional, a perspectiva defendida pelos autores enfrenta desafios por evitarem assumir uma posição em relação ao fato de que a classe de factivos inclui um subconjunto cuja implicação parece **não** ser frágil. Vamos retomar o já conhecido exemplo da briga no restaurante:

(49) Talvez ele tenha descoberto que ela tem uma amante.

(50) Talvez ele tenha estranhado que ela tem uma amante

Segundo a abordagem de Simons *et al.* (2016), em contextos sem qualquer especificação, essas sentenças tendem, ambas, a receber a leitura segundo a qual o complemento dos factivos está sendo assumido como verdadeiro. Já em um contexto de ignorância explícita, a previsão é de que outro conjunto de alternativas, isto é, outro CQ vai ser ativado pelos interlocutores e a pressuposição de que ‘ela tem uma amante’ não se projeta. Porém, exatamente no contexto de ignorância, se a avaliação atribuída a (50) está correta – isto é, se (50) gera estranhamento nesse contexto –, então a proposta Simons *et al.* (2016) também não explica as diferenças no interior da classe de factivos.

Não estamos apontando como um problema que Simons e colegas ofereçam uma explicação parcial dos gatilhos de pressuposição, o que consideramos delicado é o modelo ser apresentado como uma abordagem abrangente do comportamento dos factivos (Simons *et al.*, 2016) ou mesmo do fenômeno geral da projeção (Simons *et al.*, 2010; Beaver *et al.*, 2017), sem, no entanto, tocar na questão dos gatilhos mais resistentes à suspensão. Ao que parece, os autores têm muita resistência em considerar explicitamente a possibilidade de algumas inferências pressuposicionais terem uma origem convencional e que o modelo proposto por eles não se aplica a esses casos.¹⁷ Se, de um lado, a perspectiva lexicalista não prevê diferenças na disponibilidade da acomodação local tendo em vista particularidades das expressões, a perspectiva conversacional proposta por Simons *et al.* (2016) tampouco aponta para uma solução desse problema.

5. Considerações finais (para o futuro)

Nesse ponto, esperamos ter demonstrado que, apesar dos esforços de ambos os lados da disputa teórica, tanto as abordagens semânticas, quanto as pragmáticas têm respostas parciais para o problema da projeção da pressuposição em geral, e dos predicados factivos em particular. Consideramos que a investigação desses predicados – os primeiros da lista de gatilhos a impor problemas ao tratamento uniforme da pressuposição –, é fundamental para o avanço no debate sobre o fenômeno. Gostaríamos

¹⁷ Em Simons *et al.* (2010), os autores chegam a afirmar que algumas expressões estão associadas a “*obligatory local effects*”, conceito proposto por Tonhauser *et al.* (2013). No entanto, apontamos que essa noção tem uma base convencional: “*Obligatory local effect refers to the way in which a triggered implication interacts with operators: some part of the content of a clause embedded under an operator is said to have obligatory local effect just in case it is necessarily part of the content that serves as the operator’s semantic scope.*” (Tonhauser *et al.*, 2013, p. 67).

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

de encerrar nossa exposição, argumentando em favor de trabalhos que confrontem as previsões decorrentes de teorias já estabelecidas e o comportamento observável dos usuários da língua a partir da coleta experimental de dados.

É provável que quem nos lê, a essa altura, já tenha percebido que o tipo de fenômeno que estamos investigando se manifesta, em muitos casos, em interpretações e distinções sutis. Pode ser, inclusive, que você tenha discordado de mais de uma leitura atribuída para os exemplos que apresentamos ou que são propostos pela literatura; ou ainda, você pode ter pensado em outros contextos além daqueles que discutimos a fim de resgatar a interpretação de alguma sentença. Isso não é necessariamente um problema; é do jogo de quem se dedica a estudar fenômenos linguísticos em geral. Mas é importante apontar que alguns julgamentos, a depender do nível de análise linguística, parecem ser mais categóricos que outros.

No caso de trabalhos em semântica e pragmática, em muitas pesquisas, o que está em jogo é, a partir de uma sentença bem formada, saber se uma determinada interpretação é possível ou, em determinado contexto, quais das possibilidades de interpretação uma sentença específica recebe. E aí, as coisas começam a ficar mais escorregadias. Beaver (2001, p. 17), afirma que os testes de projeção – como as estruturas da família-P – oferece “*a linguistic test for presupposition on a methodological par with, for instance, standard linguistic constituency tests.*”. Apesar do otimismo do autor, ainda não temos um teste para pressuposição que seja categórico como um teste de constituição – em função da natureza mesma do fenômeno e do ponto em que nos encontramos na pesquisa sobre o tema, não parece que um teste desse tipo seja fácil de determinar. Sobre isso, Souza e Pagani (2022) apontam que:

A observação [da] dificuldade para identificar a pressuposição aponta para o fato de que a sua natureza ainda não está completamente compreendida. A controvérsia sobre a pressuposição ser um fenômeno semântico ou pragmático (e a própria controvérsia sobre as fronteiras entre a Semântica e a Pragmática) reafirma essa dificuldade, mas, mesmo para aqueles que acreditam que a pressuposição seja um fenômeno pragmático (...), ainda resta determinar se ela é um caso particular de implicatura (e, nesse caso, de que tipo: convencional, conversacional generalizada ou conversacional particularizada?) ou se é um fenômeno pragmático diferente. A determinação da pressuposição depende do estabelecimento de distinções claras entre o que é expressamente dito e aquilo que é implicitamente sugerido (...), e isso depende de um modelo muito complexo do funcionamento da língua, que demanda operações de uma quantidade de informações que os paradigmas teóricos vigentes ainda não estão aptos a tratar. (Souza; Pagani, 2022, p. 60).

De fato, como esperamos ter deixado evidente nas seções anteriores, o trabalho teórico que envolve o fenômeno da pressuposição é de um tipo complexo, que se localiza em um ponto de interação crucial entre estrutura linguística e estrutura conversacional. Porém, acreditamos que, além de levantar novas hipóteses teóricas e propor novos modelos de análise, podemos contribuir para o avanço das discussões sobre o fenômeno por meio de outras ferramentas. Acreditamos que é possível, a partir da metodologia experimental, obter informações que podem auxiliar na revisão teórica que,

por sua vez, pode resultar em modelos teóricos mais acurados e, quem sabe, chegar cada vez mais próximo de um paradigma abrangente como esse sugerido por Souza e Pagani (2022).

Durante muitos anos, as teorias – linguísticas em geral, e as da pressuposição em particular – se desenvolveram com base majoritariamente em dados de introspecção. O renovado interesse das pesquisas em semântica e pragmática pela coleta de dados por meio de experimentos tem possibilitado a testagem mais rigorosa de hipóteses teóricas, dando mais suporte aos modelos de análise. A pesquisa experimental sobre pressuposição, em particular, começou, com maior fôlego, recentemente e vem na esteira das investigações sobre implicaturas – principalmente, as implicaturas escalares de quantidade – que estão sendo desenvolvidas há mais tempo (Bott; Noveck, 2004; Chierchia *et al.*, 2002; Noveck, 2001, entre outros). Embora seja um direcionamento de poucos anos, várias das questões levantadas pelas teorias da pressuposição já começaram a ser mais exploradas experimentalmente, como podemos constatar consultando a coletânea de trabalhos experimentais sobre pressuposição organizada por Schwarz (2015).

No que diz respeito, especificamente, à distinção entre factivos emotivos e cognitivos, temos dados ainda esparsos. Os trabalhos experimentais que se dedicam à investigação de possíveis subtipos de gatilhos pressuposicionais, até o momento, costumam considerar um grupo maior de expressões, que nem sempre incluem predicados factivos dos dois tipos. De toda forma, pelo menos, algumas informações sobre esses predicados em relação à projeção da pressuposição e em relação aos postulados teóricos que estamos investigando. Djärv *et al.* (2018), por exemplo, encontraram dados experimentais que corroboram uma explicação de base lexicalista segundo a qual as diferenças observadas nos gatilhos pressuposicionais tem a ver com diferentes propriedades de acarretamento estabelecidas convencionalmente (Dahlman, 2016; Klindedinst, 2016; Sudo, 2012) – o que poderia ser auxiliar na reelaboração do modelo dinâmico para dar conta da distinção entre os gatilhos em geral, e os factivos em particular. Há lacunas metodológicas importantes nos experimentos de Djärv *et al.* (2018), de modo que ainda precisamos de evidências de se os falantes são sistematicamente sensíveis à distinção entre predicados factivos.

Já Jayez *et al.* (2015) realizaram um estudo experimental que considerou contextos diferentes para a avaliação com expressões pressuposicionais encaixadas; os autores testaram a distinção entre gatilhos leves e pesados, em francês, incluindo o predicado factivo ‘*regretter*’ (‘arrepender-se’) entre as expressões testadas – não foram testados factivos cognitivos. Os autores compararam julgamentos de aceitabilidade em contextos de ignorância e em contextos de satisfação, chegando a resultados que não estão diretamente em linha com a hipótese de gatilhos pesados geram estranhamento em contextos de ignorância explícita. Dado que as propostas pragmáticas que vimos se baseiam significativamente na projeção nesses tipos de contexto, parece crucial investigar mais profundamente o alegado comportamento de cada factivo em contextos de ignorância.

Deixamos, por fim, a palavra com Karttunen (2016):

“the end of the 1960s and the early 1970s was an exciting time for people like myself who had a chance to stake a claim on syntactic and lexical semantic content that had been ignored by centuries of works by linguists and philosophers. (...) Joyfully we created a mess that we left to the current generation to clean up.”

Referências

ABUSCH, Dorit. Lexical Alternatives as a Source of Pragmatic Presuppositions. In: 2002, Ithaca, NY. (Brendan Jackson, org.) *Proceedings of SALT XII*. Ithaca, NY: CLC Publications, 2002. pp. 1-20.

ABUSCH, Dorit. *Triggering from Alternative Sets and Projection of Pragmatic Presuppositions*. Cornell University Library [s. l.], 2005.

BEAVER, David. Have you noticed that your belly button lint colour is related to the colour of your clothing?. In: BAUERLE, Rainer; REYLE, Uwe; ZIMMERMANN, Thomas (org.). *Presuppositions and discourse: Essays offered to Hans Kamp*. United Kingdom: Emerald, 2010. pp. 65-99.

BEAVER, David. *Presupposition and assertion in dynamic semantics*. Stanford: CSLI Publications, 2001. v. 29

BEAVER, David *et al.* Questions under discussion: Where information structure meets projective content. *Annual Review of Linguistics*, Annual Reviews, v. 3, pp. 265-284, 2017.

BOTT, Lewis; NOVECK, Ira A. Some Utterances Are Underinformative: The Onset and Time Course of Scalar Inferences. *Journal of memory and language*, [s. l.], v. 51, n. 3, pp. 437-457, 2004.

CHIERCHIA, Gennaro *et al.* Linguistic-pragmatic factors in interpreting disjunctions. *Thinking & Reasoning*, v. 8, n. 4, pp. 297-326, 2002.

CHIERCHIA, Gennaro; MCCONNELL-GINET, Sally. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1990.

DAHLMAN, Roberta Colonna. Did people in the middle ages Know that the earth was flat?. *Acta Analytica*, [s. l.], v. 31, pp. 139-152, 2016.

FERREIRA, Marcelo. *Pragmática - significado, comunicação e dinâmica contextual*. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

FREGE, Gottlob. Uber Sinn Und Bedeutung. *Zeitschrift fur Philosophie und philosophische Kritik*, [s. l.], v. 68, pp. 25-50, 1892.

GAZDAR, Gerald. *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. New York: Academic Press, 1979.

GRICE, Paul. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (org.). *Syntax and Semantic: Speech Acts*. New York: Elsevier Academic Press, 1975. v. 3, pp. 41-58.

GROENENDIJK, Jeroen Antonius Gerardus; STOKHOF, Martin Johan Bastiaan. *Studies on the Semantics of Questions and the Pragmatics of Answers*. 1984. PhD Thesis - Univ. Amsterdam, [s. l.], 1984.

- HEIM, Irene. On the Projection Problem for Presuppositions. *Proceedings of WCCFL 2: Second Annual West Coast Conference on Formal Linguistics*, [s. l.], pp. 114-125, 1983.
- HEIM, Irene. Presupposition projection and the semantics of attitude verbs. *Journal of semantics*, [s. l.], v. 9, n. 3, pp. 183-221, 1992.
- KARTTUNEN, Lauri. Presupposition and Linguistic Context. *Theoretical linguistics*, [s. l.], v. 1, n. 1-3, pp. 181-194, 1974.
- KARTTUNEN, Lauri. Presupposition: What Went Wrong?. *Proceedings of the 26th Semantics and Linguistic Theory*, [s. l.], v. 26, pp. 705-731, 2016.
- KARTTUNEN, Lauri. Presuppositions of Compound Sentences. *Linguistic Inquiry*, [s. l.], v. 1, pp. 181-194, 1973.
- KARTTUNEN, Lauri. Some Observations on Factivity. *Paper in Linguistics*, [s. l.], v. 4, n. 1, pp. 55-69, 1971.
- KIPARSKY, Carol; KIPARSKY, Paul. Fact. In: BIERWISCH, M.; HEIDOLPH, K. (org.). *Progress in Linguistics*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 1970. pp. 143-173.
- KLINEDINST, Nathan. Two types of semantic presuppositions. In: PRAGMEMES AND THEORIES OF LANGUAGE USE. [S. l.]: Springer, 2016. pp. 601-624.
- LANGENDOEN, D. Terence; SAVIN, Harris. The projection problem for presuppositions. In: FILLMORE, Charles J.; LANGENDOEN, D. Terence (eds.), *Studies in linguistic semantics*. New York, N.Y.: Irvington, 1971, pp. 54-60.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LEWIS, David. Scorekeeping in a language game. *Journal of Philosophical Logic*, [s. l.], v. 8, pp. 339-359, 1979.
- NOVECK, Ira A. When children are more logical than adults: Experimental investigations of scalar implicature. *Cognition*, [s. l.], v. 78, n. 2, pp. 165-188, 2001.
- ROOTH, Mats Edward. A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics*, [s. l.], v. 1, pp. 75-116, 1992.
- ROOTH, Mats Edward. *Association with focus*. 1985. Doctor of Philosophy - University of Massachusetts, Massachusetts, 1985.
- RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *Mind*, [s. l.], v. 14, pp. 479-493, 1905.
- SIMONS, Mandy. On the Conversational Basis of Some Presuppositions. *Proceedings of Semantics and Linguistics Theory*, [s. l.], n. 11, pp. 431-448, 2001.
- SIMONS, Mandy et al. *The Best Question: Explaining the Projection Behavior of Factives*. *Discourse Processes*, v. 54, n. 3, pp. 187-206, 2016.
- SIMONS, Mandy et al. What Projects and Why. In: *Semantics and Linguistic Theory*. [S.l.: s.n.], 2010. v. 20, pp. 309-327.

A pressuposição dos predicados factivos entre a semântica e a pragmática

SOUZA, Luisandro Mendes de; PAGANI, Luiz Arthur. *Para conhecer pragmática*. São Paulo: Contexto, 2022. (Coleção para conhecer).

STALNAKER, Robert C. Assertion. *In: PRAGMATICS*. [S. l.]: Brill, 1978. pp. 315-332.

STALNAKER, Robert. Pragmatic Presuppositions. *In: MUNITZ, M.; UNGER, P. (org.). Semantics and Philosophy*. NY: New York University Press, 1974. pp. 197-214.

STALNAKER, Robert. Presuppositions. *The Journal of Philosophical Logic*, [s. l.], v. 2, pp. 447-457, 1973.

STOKKE, Andreas. Truth and context change. *Journal of Philosophical Logic*, [s. l.], v. 43, pp. 33-51, 2014.

STRAWSON, Peter. On Referring. *Mind*, [s. l.], v. 59, pp. 320-344, 1950.

SUDO, Yasutada. *On the semantics of phi features on pronouns*. 2012. PhD Thesis - Massachusetts Institute of Technology, [s. l.], 2012.

TONHAUSER, Judith *et al.* Toward a taxonomy of projective content. *Language*, [s. l.], v. 89, n. 1, pp. 66-109, 2013.

VAN DER SANDT, Rob, der Sandt. Presupposition projection as anaphora resolution. *Journal of semantics*, [s. l.], v. 9, n. 4, pp. 333-377, 1992.

VAN FRAASEN, Bas C. Presupposition, implication, and self-reference. *Journal of Philosophy*, [s. l.], v. 65, n. 5, pp. 136-152, 1968.